



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

**DIGNIDADE MENSTRUAL: HISTÓRIAS DE MULHERES DE
BAIXA RENDA NO ACESSO A ABSORVENTES EM CAMPO
GRANDE MS**

VALESCA DA SILVA CRUZ

Campo Grande
Novembro /2024

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



DIGNIDADE MENSTRUAL: HISTÓRIAS DE MULHERES DE BAIXA RENDA NO ACESSO A ABSORVENTES EM CAMPO GRANDE MS

VALESCA DA SILVA CRUZ

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Laura Seligman



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: “Dignidade para ser quem se é”

Acadêmica: Valesca

da Silva Cruz

Orientadora: Laura

Seligman **Data:**

29/11/2024

Banca examinadora:

1. Daniela Cristiane Ota.
2. José Câmara

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca ressalta a relevância da temática e a qualidade do trabalho, indica a prêmios estudantis e que submeta o projeto a plataforma de fomentos. A banca recomenda atender a alterações observadas.

Campo Grande, 29 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 29/11/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5246821** e o código CRC **0E02C77A**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade

Universitária Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS



AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos, primeiramente a Deus, por me guiar e fortalecer em cada etapa dessa jornada. Também agradeço profundamente à minha família, em especial à minha mãe e minha irmã, pelo apoio incondicional e pela presença constante, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Meu reconhecimento também vai à minha orientadora, que dedicou seu tempo e conhecimento para me guiar no desenvolvimento deste projeto, oferecendo orientações valiosas e apoio nos momentos de dificuldade. Sem sua paciência, profissionalismo e incentivo, este trabalho não teria alcançado os mesmos resultados. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste TCC, deixo meu agradecimento sincero e minha gratidão eterna.



SUMÁRIO

Resumo	6
Introdução	7
1. Atividades desenvolvidas	12
1.1 Execução	12
1.2 Dificuldades encontradas	13
1.3 Objetivos alcançados	14
2. Suportes teóricos adotados	16
Considerações finais	22
Referências	23



RESUMO

Este relatório detalha os procedimentos tomados para a realização de uma reportagem multimídia sobre a dignidade menstrual para adolescentes e pré-adolescentes que são estudantes da rede pública escolar municipal de Campo Grande-MS. Para tanto, foram realizadas entrevistas em áudio e vídeo, transcritas para texto quando necessário e disposto todo o conteúdo em um site na Internet. Como resultados, observaram-se grandes avanços no atendimento dessa parcela da população, principalmente quando se encontram em vulnerabilidade social. Também verificou-se que o programa executado na cidade carece de melhor eficiência e de maior clareza nos gastos públicos. Reportagem multimídia disponível em <https://valescas.wixsite.com/meusite>

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade Menstrual; Adolescência; Poder Público; Campo Grande



INTRODUÇÃO

A menstruação, um fenômeno biológico natural do ciclo reprodutivo feminino, marca um período significativo na vida de meninas e mulheres. No Brasil, cerca de 1,4 milhões de pessoas começam a menstruar anualmente, geralmente entre os 9 e 16 anos, continuando com este ciclo até a média de 50 anos, quando se inicia a menopausa e o fluxo menstrual cessa (Girl Up Brasil, 2021). Estima-se que aproximadamente 60 milhões de meninas, mulheres e pessoas com útero experienciam o ciclo menstrual durante 40 anos de suas vidas (Bahia, 2021).

Apesar de ser um processo natural, a menstruação é envolvida por inúmeros estigmas culturais, sociais, econômicos, patriarcais, raciais e capacitistas. Em uma sociedade marcada por valores patriarcais e racistas, a menstruação é tratada como tabu, sujeira e algo impuro, tornando-se uma questão de saúde pública e dignidade humana (Unfpa; Unicef, 2023). Os estigmas em torno da menstruação ainda são prevalentes, fazendo com que muitas meninas se sintam envergonhadas e constrangidas, interrompendo suas rotinas durante o período menstrual. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, do IBGE, 2,88% das meninas entre 10 e 19 anos deixaram de realizar atividades como estudar, fazer afazeres domésticos, trabalhar ou brincar devido a problemas menstruais (Unfpa; Unicef, 2021).

O problema se agrava para meninas de camadas sociais mais vulneráveis, que são particularmente afetadas pela pobreza menstrual. Elas enfrentam três principais desafios: desconhecimento sobre a importância da higiene menstrual para sua saúde, dependência financeira dos pais ou familiares para a compra de absorventes, e falta de condições adequadas para cuidar da menstruação na escola.

Esses desafios são uma realidade dolorosa para muitas, incluindo uma amiga de infância que cresceu em uma família de baixa renda. Todos os meses, ela enfrentava uma batalha silenciosa: sem recursos financeiros para adquirir absorventes, recorria a soluções alternativas e muitas vezes humilhantes, como panos velhos ou papel higiênico. Em dias de menstruação, faltava à escola, temendo que os improvisos falhassem e ela se tornasse alvo de piada. A luta silenciosa de minha amiga simboliza a de tantas outras meninas e mulheres que enfrentam esse desafio diário.



A primeira menstruação ocorre por volta dos 13 anos, geralmente quando as meninas estão no sétimo ou oitavo ano do ensino fundamental. Até o fim do ensino médio, elas passam de cinco a seis anos menstruando na escola (Girl Up Brasil, 2021). Atualmente, cerca de 7,5 milhões de meninas menstruam enquanto frequentam a escola, e quase 90% delas estão na rede pública de ensino (Girl Up Brasil, 2021). Devido à menstruação, muitas evitam frequentar as aulas, especialmente por causa dos ciclos menstruais irregulares, que podem provocar fluxo inesperado e torná-las alvo de preconceito. Em média, essas meninas perdem até 45 dias de aula por ano letivo. A falta de infraestrutura higiênica adequada nas escolas contribui para a evasão escolar durante o período menstrual. No Brasil, mais de 4 milhões de estudantes frequentam escolas com estrutura deficiente de higiene, e quase 200 mil não contam com nenhum item de higiene básica no ambiente escolar.

Portanto, a "pobreza menstrual" abrange não apenas o acesso aos itens de higiene, mas também a insuficiência de informações corretas sobre saúde menstrual, a falta de autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais, os tabus e preconceitos sobre a menstruação, a tributação sobre produtos menstruais, e os efeitos negativos sobre a vida econômica e o desenvolvimento pessoal (Unfpa; Unicef, 2021).

Para tentar solucionar o problema, foi sancionado no Brasil o Programa de Proteção e Promoção da Saúde da Mulher pela Lei 14.214, fruto do projeto Lei 4968/19, da deputada Marília Arraes (PT-PE) (Haje, 2021). No entanto, o então Presidente Jair Bolsonaro¹ vetou os principais pontos da proposta, como a previsão de distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias. O alcance da nova lei restringiu-se ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, garantindo cuidados básicos de saúde e desenvolvimento de meios para a inclusão das mulheres em ações de proteção à saúde menstrual (Haje, 2021).

Em 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva² decretou a criação do Programa Dignidade Menstrual, que fornece absorventes gratuitos para pessoas de baixa renda em escolas públicas ou em situação de vulnerabilidade. A distribuição é feita pelo Sistema Único de Saúde através do Programa Farmácia Popular. Desde seu

¹ Mandato 2019-2022

² 3º Mandato 2023-2026



início, em janeiro de 2024, o programa já beneficiou mais de 1,7 milhão de mulheres, meninas e outras pessoas que menstruam (Gov.br, 2023).

A repercussão do veto do presidente Jair Bolsonaro sobre a distribuição gratuita de absorventes causou comoção, gerando propostas legislativas que promovessem programas de dignidade menstrual, iniciativas que surgiram dos próprios estados e municípios. Em junho de 2019, o Rio de Janeiro se destacou como a primeira cidade brasileira a distribuir absorventes para estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública. Seguindo o exemplo, em setembro de 2020, a cidade de São José, em Santa Catarina, aprovou uma lei semelhante, tornando-se a segunda cidade do país a adotar medidas contra a pobreza menstrual. Já o Distrito Federal sancionou um projeto semelhante em janeiro de 2021 (Caixeta, 2021).

Em Mato Grosso do Sul, Campo Grande foi o primeiro município a distribuir absorventes para alunas em situação de vulnerabilidade da rede municipal de ensino por meio da lei nº 94/21. O projeto, uma reestruturação do PL nº 10.072/21, de autoria da vereadora Camila Jara (PT), previa a distribuição de absorventes higiênicos nas escolas e na rede do SUS. Este projeto foi aprovado por unanimidade em 15 de julho, mas vetado integralmente pelo prefeito em 6 de agosto. A Prefeitura apresentou um novo projeto que foi aprovado no mesmo mês, onde incluía parte das propostas da parlamentar, como a distribuição gratuita de absorventes nas escolas municipais e ações educativas sobre menstruação e dignidade menstrual em sala de aula (Câmara Municipal, 2022).

É possível notar que Campo Grande apresenta algumas políticas públicas que demonstram um pontapé inicial na busca por uma solução para a questão, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. O principal objetivo deste trabalho é, portanto, não apenas compreender a eficácia dos programas de dignidade menstrual existentes em Campo Grande, mas também dar visibilidade às histórias das adolescentes afetadas pela pobreza menstrual, dando voz às suas experiências e desafios.

A escolha do tema "Dignidade Menstrual" para o Trabalho de Conclusão de Curso se fundamenta em diversos aspectos que ressaltam sua relevância social, econômica e política. A dignidade menstrual é uma questão de Saúde Pública e de Direitos Humanos, reconhecida desde 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, milhões de meninas e mulheres enfrentam dificuldades econômicas e sociais que afetam diretamente a sua dignidade menstrual. Dados recentes revelam



que cerca de 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em suas casas, e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas (Unfpa; Unicef, 2021).

Essa falta de infraestrutura básica nos lares e escolas brasileiras expõe meninas e mulheres a riscos sanitários e educacionais. Sem acesso a banheiros adequados, a higiene pessoal torna-se um desafio diário, afetando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar psicológico e emocional. A ausência de produtos menstruais nas escolas resulta em altos índices de absenteísmo entre meninas, que muitas vezes preferem faltar às aulas durante o período menstrual por falta de condições adequadas para lidar com a menstruação. Esse fenômeno não só compromete a educação dessas jovens, mas também perpetua ciclos de pobreza e desigualdade. Meninas que não completam a educação básica têm menos oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal, o que agrava ainda mais as disparidades sociais e econômicas.

Por isso, é dever do jornalismo produzir mais materiais que destaquem a importância de políticas públicas voltadas para a dignidade menstrual. É importante trazer à luz questões como essas que muitas vezes são silenciadas. Como futura jornalista, como mulher, sinto no dever de abordar essa questão de forma investigativa e formativa, capaz de denunciar esses desafios diários que tantas mulheres sofrem. Abordando de maneira ampla e sensível, garantindo que todas as mulheres tenham acesso aos produtos e informações necessárias para viverem com dignidade durante o ciclo menstrual.

É crucial avançar em direção à garantia da dignidade menstrual, atuando sobre os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino; e ODS 6 – Água Potável e Saneamento. Portanto, uma forma de promover um desenvolvimento mais justo e igualitário, alinhado com a agenda global dos ODS.

Assim, a elaboração deste trabalho teve como objetivo principal destacar a importância da dignidade menstrual e analisar soluções e políticas públicas que possam melhorar a vida de milhões de meninas e mulheres brasileiras. Acreditamos que, através do jornalismo, é possível sensibilizar a sociedade e os governantes sobre



a urgência dessa questão, promovendo um debate construtivo que possa resultar em mudanças significativas e positivas para a nossa sociedade.



1- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Contato com as fontes especialistas;
- Seleção das escolas a serem visitadas;
- Pesquisa documental sobre as fontes e temas abordados;
- Elaboração de Roteiro de Perguntas para fontes especialistas e personagens;
- Decupagem das entrevistas;
- Estruturação e desenvolvimento da reportagem;
- Edição de texto, vídeos, áudios;
- Diagramação da reportagem em *site* específico;

1.1 Execução:

A execução do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve início em agosto deste ano, com a etapa inicial voltada para o contato com fontes especializadas. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) foi a principal instituição envolvida, considerando sua relevância para o tema, embora tenha apresentado desafios significativos para o agendamento das entrevistas. Após mais de 15 dias de tentativas, que incluíram e-mails, visitas e telefonemas, foi possível agendar a primeira reunião para o dia 30 de agosto. A princípio, estavam confirmadas a presença de Clarice Cassol, superintendente de Gestão e Normas da SEMED, Claudéci de Paula de Almeida, diretora da Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos, e alunas da mesma instituição.

No entanto, no dia agendado, ocorreram alterações na agenda. Na SEMED, fui atendida por Mônica Cristina Silvano, chefe da Divisão de Acompanhamento e Apoio Escolar, enquanto que na escola, a coordenadora adjunta Patrícia Florêncio substituiu a diretora Claudéci de Paula de Almeida. Ambas as entrevistas foram realizadas no mesmo dia, sendo a primeira no período da manhã e a segunda à tarde. Para a coleta dos materiais, utilizei equipamentos emprestados da UFMS, como câmera fotográfica e tripé, além de acessórios adicionais cedidos por colegas.

No mês de setembro, avancei com as entrevistas junto a outros especialistas. Por videoconferência, entrevistei a Dra. Maíra Pierri, pediatra e hebiatra, única médica especializada em saúde de adolescentes que consegui localizar e que se mostrou disposta a colaborar. Além disso, realizei entrevistas presenciais com o ginecologista Ricardo S. Gomes, do Hospital Universitário, e com a psicóloga e sexóloga Karina



Brum. Esses encontros trouxeram *insights* técnicos e complementaram as informações relacionadas ao tema central do trabalho.

Em outubro, o foco se voltou para as fontes-personagem, conforme planejado junto à minha orientadora. Visitamos mais de cinco escolas participantes do programa Dignidade Menstrual, com o objetivo de compreender a perspectiva dos gestores escolares sobre a implementação do programa e os desafios enfrentados. Entre as escolas visitadas, destacam-se a E.M. Padre Heitor Castoldi, E.M. Abel Freire de Aragão, E.M. Professor Luiz Cavallon, E.M. Professora Adair de Oliveira e E.M. José Mauro Messias da Silva.

Durante essas visitas, foram entrevistados diretores e coordenadores presentes, como Ivânia Nogueira Rocha Felipe, diretora da E.M. Professor Luiz Cavallon, Sebastiana Gomes Segura, professora da mesma instituição, e Ana Paula da Silva Tavares, coordenadora adjunta da E.M. José Mauro Messias da Silva. Em outra escola, dialoguei com Esmeraldo Pereira de Almeida, diretor da E.M. Professora Arlene Marques Almeida. Também entrevistei alunas da E.M. Professora Arlene Marques Almeida – Amanda, Bárbara, Salvador e Ana Vitória – que compartilharam relatos pessoais sobre o impacto do programa em suas vidas.

Na sequência, foi necessário entrevistar mães de alunas beneficiadas pelo programa. Consegui contato com Pamela e Luana, moradoras do mesmo condomínio onde resido, o que facilitou a comunicação. Outra entrevistada, Erika, foi indicada durante a visita à E.M. Professora Adair de Oliveira, quando conheci suas filhas, que prontamente compartilharam o telefone da mãe.

A etapa final, em novembro, concentrou-se na execução integral da reportagem. Realizei a decupagem das entrevistas, a seleção e edição de fotos e vídeos, e a diagramação do material final. A revisão do texto foi feita em parceria com minha orientadora, em um processo contínuo e detalhado. Todas as etapas de edição, desde a organização visual até a montagem final da reportagem, foram conduzidas por mim, garantindo a coerência e a qualidade do trabalho final.

1.2 Dificuldades Encontradas



Um dos principais desafios enfrentados durante a execução do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi o acesso às fontes oficiais, especialmente à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Apesar de inúmeros e-mails e ligações telefônicas, o agendamento de uma entrevista com a superintendente de Gestão e Normas só foi possível após a intervenção da minha orientadora, que entrou em contato diretamente com a instituição. Esse apoio foi decisivo para garantir a realização da entrevista.

Outro obstáculo significativo envolveu o acesso às fontes-personagem, em particular às mães de alunas beneficiárias do programa. Muitas delas, devido às rotinas de trabalho, tinham horários restritos, dificultando o agendamento das entrevistas. Além disso, não foi possível entrevistar a idealizadora do programa, a deputada federal Camila Jara. Apesar de várias tentativas de contato, todos os pedidos foram recusados pela própria parlamentar. Diante dessa situação, após discussão com minha orientadora, decidimos não prosseguir com essa fonte e redirecionar os esforços para outras entrevistas.

As dificuldades também incluíram a obtenção de materiais adequados para realizar as entrevistas e registrar o conteúdo. O empréstimo de equipamentos da universidade, como câmeras e tripés, foi um desafio frequente, já que a alta demanda por esses itens por outros alunos limitava sua disponibilidade. Para contornar essa limitação, contei com o apoio de amigos, que me emprestaram itens como microfones de lapela, tripés e iluminadores. Essas colaborações foram essenciais para viabilizar a qualidade técnica das entrevistas e registros visuais do trabalho.

1.3 Objetivos Alcançados

O principal objetivo alcançado durante a execução do meu Trabalho de Conclusão de Curso foi a realização das entrevistas com as fontes-personagens, permitindo uma compreensão profunda e humanizada da realidade vivida pelas mães e alunas participantes do programa Dignidade Menstrual. Essas entrevistas proporcionaram um panorama valioso sobre os impactos do programa na vida das beneficiárias, revelando suas experiências e percepções.

Outro marco importante foi a entrevista com os diretores das escolas envolvidas no programa. Todos os gestores se mostraram extremamente receptivos e prestativos, fornecendo informações detalhadas e acessíveis em diversos aspectos.



Essa colaboração foi essencial para compreender a implementação do programa nas instituições de ensino, incluindo os desafios enfrentados e as soluções adotadas para garantir o sucesso da iniciativa.

Além das entrevistas com as fontes-personagens e com os diretores das escolas participantes do programa Dignidade Menstrual, outros objetivos significativos foram alcançados ao longo do desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso. A primeira conquista foi estabelecer uma ampla rede de especialistas, que trouxe profundidade técnica e contextual ao trabalho. Entre as entrevistas realizadas, destaco a contribuição da Dra. Maíra Pierri, pediatra e hebiatra, do ginecologista Ricardo S. Gomes e da psicóloga e sexóloga Karina Brum. Suas análises enriqueceram a abordagem sobre saúde menstrual, adolescência e educação sexual, garantindo uma base sólida para a reportagem.

Outro objetivo importante foi a realização de visitas a diversas escolas, que possibilitaram entender a implementação do programa a partir de diferentes perspectivas. Essas visitas também permitiram capturar imagens, observar as dinâmicas escolares e dialogar com os professores, coordenadores e alunos, consolidando uma visão completa e detalhada sobre o impacto do programa no ambiente escolar.

Adicionalmente, superamos desafios logísticos para garantir a qualidade técnica do trabalho, como o acesso e uso de equipamentos audiovisuais adequados. Apesar de dificuldades com o empréstimo de materiais na universidade, foi possível reunir os recursos necessários, graças ao apoio de amigos e à colaboração da UFMS. Isso resultou em registros fotográficos e audiovisuais de alta qualidade, que agregaram valor à reportagem.

Por fim, a diagramação e a edição do material foram realizadas com cuidado e atenção, refletindo o compromisso em entregar um trabalho completo e visualmente atraente. Todo o processo, desde a coleta de dados até a entrega do TCC, cumpriu o objetivo maior de trazer à tona a importância do programa Dignidade Menstrual, promovendo uma discussão fundamentada e empática sobre a questão da pobreza menstrual e suas implicações na educação e na vida das jovens atendidas.



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

2.1 A menarca ou a primeira menstruação

A menstruação ocorre pelo endométrio, onde se localiza uma camada mais interna do útero, é eliminado pelo corpo em forma de sangue. Em geral, essa camada se constrói e se renova a cada mês, ou a cada ciclo, quando não há gravidez. Ao longo da vida, uma mulher menstrua cerca de 400 a 500 vezes, perdendo entre 30 a 80 mililitros de sangue por ciclo. Aproximadamente 1,8 bilhão de meninas, mulheres, homens transgênero e pessoas não binárias em idade reprodutiva menstruam todos os meses em todo o mundo. Em média, 26% da população global passa de três a sete dias por mês menstruada (Menegotto, 2021). No Brasil, cerca de 60 milhões de pessoas menstruam, o que representa 30% da população do país (Bahia, 2021).

A primeira menstruação, ou menarca, ocorre geralmente entre os 11 e 15 anos de idade. Nessa fase, o fluxo menstrual é intenso, desregulado e prolonga-se por períodos mais longos. Além das mudanças físicas, as meninas passam por diversas transformações biopsicossociais, incluindo alterações no peso, humor e autoimagem.

A menarca é um momento fundamental na vida de uma menina, sinalizando o início da puberdade e a capacidade de reprodução. Historicamente, a menarca é vista como o início da capacidade reprodutiva da mulher, simbolizando fertilidade. No entanto, essa visão popular também coloca a adolescente sob um ponto de vista de objetificação erótica. As transformações hormonais comuns nessa fase modificam o exterior da mulher, com o crescimento dos seios e o alargamento do quadril, contribuindo para a transição de menina para mulher e, conseqüentemente, para a sexualização de sua imagem (Mundim; Souza; Gama, 2020).

Além de lidar com essas mudanças do próprio corpo, as meninas enfrentam o desafio adicional da sexualização associada à primeira menstruação. Essa fase é conhecida popularmente como “virou mocinha”, “agora ela é mulher”, e espera-se que se comporte como tal, não reconhecendo que essas meninas ainda são crianças e não deveriam ser expostas a crenças tão limitadoras e restritivas, o que as expõe a tabus e sentimentos de vergonha (Unfpa; Unicef, 2021).

A menstruação, embora seja um processo biológico natural, muitas vezes é associada a conotações negativas, sendo vista como algo vergonhoso e a ser



escondido. Observa que a menstruação é percebida mais como um passo decisivo para o pecado e a vergonha do que como um sinal de maternidade. Esse estigma faz com que a menstruação seja retratada como algo sujo, impuro e marginalizado (Thurén,1994).

Essa visão negativa é refletida no uso de eufemismos para se referir ao sangue menstrual. Expressões como "aqueles dias", "de chico", "estar de TPM", "de regra", "com boi", "incômodo mensal", "indisposta", "fardo", "receber visita" e "sinal vermelho" são comuns. Esses eufemismos evitam a utilização direta do termo "menstruação", promovendo uma dissociação entre a experiência de estar menstruada e o corpo que menstrua.

Ao transferir a realidade da menstruação para significados alternativos que esses eufemismos carregam, perpetua-se a visão da menstruação como algo a ser escondido e não discutido abertamente. Essa prática contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação aos corpos femininos em diferentes fases de suas vidas. Assim, a linguagem codificada e marcada por silêncios reforça o tabu em torno da menstruação, em vez de normalizar e desestigmatizar essa experiência universal.

A relação entre comportamento e linguagem se apresenta no modo como, ao lidar com o tema da menstruação, as pessoas utilizam uma linguagem codificada, marcada por silêncios e inibições, constituindo uma forma de comunicação que muitas vezes não se faz compreender através da palavra direta, mas através de gestos, silêncios e códigos que apontam para assuntos ou situações tabus (Moreira e Batista, 2016).

O corpo da mulher está centrado em um universo de estereótipos que inviabiliza suas condições. "Em muitas sociedades, menstruar significa exclusão, e isso certamente tem consequências na maneira como as mulheres vivenciam e significam o que é para elas menstruar" (Sardenberg ,1994, p. 336).

Em 2018, a marca de absorventes e cuidados femininos Sempre Livre da Johnsons & Johnsons lançou um estudo mundial em parceria com a KYRA Pesquisa & Consultoria que revelou os principais mitos e estigmas sobre o tema. No total foram entrevistadas 1.500 mulheres, de 14 a 24 anos, em cinco países: Brasil, Índia, África do Sul, Filipinas e Argentina (Inova Social, 2021).



De acordo com os dados da pesquisa publicados no site Inova Social (2018), revela que 54% relataram que não sabiam absolutamente nada ou tinham poucas informações sobre menstruação no momento da menarca e 40% se sentem sujas durante o período. Se formos analisar somente os números levantados quando entrevistadas as brasileiras, 66% se sentem desconfortáveis, 57% sujas, 42% inseguras e apenas 19% se sentem capazes (Inova Social, 2018).

Mais da metade das garotas mudam seus hábitos durante a menstruação: 74% deixam de entrar na piscina; 66% param de praticar esportes; 47% não dormem fora de casa; e 46% evitam sair de casa. Além de todas essas mudanças nas suas rotinas, 7 em cada 10 das jovens se preocupam em descartar o absorvente usado no lixo porque outras pessoas podem ver. Somente 22% não têm medo de levantar durante a aula no período menstrual e apenas 24% não acham a menstruação nojenta (Inova Social, 2018).

Dados como esse destacam a necessidade urgente de educação menstrual abrangente e inclusiva nas escolas, bem como campanhas de conscientização que desmistificam a menstruação e combatem os estigmas. A menstruação é uma experiência universal que deve ser tratada com naturalidade e respeito, permitindo que todas as pessoas que menstruam vivam essa experiência de forma digna e sem vergonha. A luta pela dignidade menstrual é uma luta por equidade, saúde e direitos humanos, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

2.2 A reportagem multimídia

O jornalismo digital revolucionou a maneira como as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas. Com o avanço da internet, a prática jornalística se expandiu para além do papel e das transmissões televisivas, incorporando uma gama de formatos e tecnologias que tornam as reportagens mais atrativas e acessíveis. Nesse contexto, as reportagens multimídia emergem como uma ferramenta poderosa para o jornalismo.

A internet mudou a forma como nos relacionamos com as notícias, proporcionando diferentes níveis de interação e conhecimento (Carvalho; Lima, 2016). As notícias passaram a ser publicadas e atualizadas em tempo real, permitindo que os leitores tenham acesso às informações mais recentes a qualquer momento e de



qualquer lugar. Esse dinamismo é complementado pela interatividade oferecida pelas plataformas digitais. Os leitores não são mais meros consumidores passivos; eles podem interagir com as notícias, deixando comentários, compartilhando conteúdo nas redes sociais e participando de enquetes.

Além disso, o jornalismo digital ampliou significativamente a acessibilidade da informação. Com smartphones e outros dispositivos conectados à internet, o acesso às notícias tornou-se praticamente universal. Isso possibilitou oferecer informação hiper multimidiática, contextualizada e personalizada, respondendo aos anseios dos seus leitores (Canavilhas, 2012). Segundo Jenkins (2006), a convergência midiática é um processo cultural e tecnológico que reflete a junção de mídias tradicionais com as novas mídias digitais, facilitando a produção de conteúdo multimídia. Este conceito é fundamental para a criação de uma reportagem multimídia sobre dignidade menstrual, pois permite a integração de diversos formatos de mídia que podem abordar o tema de maneira abrangente e inclusiva.

A partir dos anos 2000, começaram a surgir as primeiras experiências com uma das características mais marcantes do jornalismo digital: a multimídia. Esse conceito refere-se à junção de diversos elementos nas narrativas digitais, resultando em um produto final mais rico e envolvente. A partir dessa incorporação de várias mídias, emergiram as Grandes Reportagens Multimídia, estruturadas com diferentes formatos de mídia em uma única produção, como texto, som, áudio, vídeo e imagem (Carvalho, Lima, 2016). A multimídia, conforme definido por Canavilhas (2014), potencializa a capacidade narrativa do jornalismo, permitindo uma cobertura mais abrangente e detalhada dos eventos. No caso da reportagem sobre dignidade menstrual, essa abordagem permitirá explorar aspectos variados do tema, desde dados estatísticos até relatos pessoais, de maneira integrada e dinâmica.

O New York Times é uma referência no jornalismo multimídia. A reportagem "*Snow Fall*," publicada em 2013, é considerada um marco e ganhou o prêmio Pulitzer na categoria *Feature Writing* (redação especial). Ela conta a história de uma avalanche que aconteceu em Washington, norte dos Estados Unidos, em fevereiro de 2012. O incidente matou três dos 16 atletas que praticavam snowboard nas montanhas *Cascade*. A matéria tornou-se um verbo, "*to snowfall*," que significa contar uma história com gráficos e vídeos fantásticos e todo tipo de elemento multimídia. Essa reportagem



é ilustrada com imagens tridimensionais que ampliam as informações dos textos e dos vídeos (Wix, 2015). A abordagem usada em "*Snow Fall*" serve de inspiração para a construção da reportagem sobre dignidade menstrual, demonstrando como a integração de gráficos, vídeos e imagens tridimensionais pode enriquecer a narrativa e engajar o público.

O jornal britânico *The Guardian* produziu a matéria "*NSA Files Decoded*," que faz uso de vídeos, infográficos, gráficos interativos, imagens e áudio, e o Clarín.com possui uma seção própria para os especiais multimídia (Wix, 2015). No Brasil, a partir de 2013, os principais jornais começaram a publicar reportagens desse tipo, como a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Zero Hora e O Globo. Essas reportagens aproveitam ao máximo os recursos disponíveis no meio digital, utilizando diversas combinações de linguagens. A criatividade do jornalista, aliada à exploração desses recursos, inaugurou um novo modo de fazer jornalismo. Nessa abordagem, a estética visual combinada com o tema exposto tem a capacidade de atrair o leitor/internauta, que está constantemente em busca de novidades na internet.

A multimídia permite contar histórias de forma mais completa e envolvente. Ela destaca que a combinação de diferentes formatos de mídia não apenas prende a atenção do leitor, mas também proporciona uma compreensão mais profunda dos temas abordados (Paul, 2007). Rocha (2011) define os recursos da multimídia como componentes que combinam diferentes formatos de mídia em uma mesma narrativa. Esses recursos são divididos em cinco categorias principais: texto, imagem, vídeo, áudio e animações. Além dessas categorias básicas, existem formas híbridas que também desempenham um papel importante nas reportagens multimídia, como fotografias 360°, podcasts, linhas do tempo, infográficos, entre outros. Para a reportagem sobre dignidade menstrual, esses recursos serão utilizados para ilustrar dados estatísticos, mostrar depoimentos em vídeo e áudio, e fornecer uma visão imersiva das condições enfrentadas por mulheres e meninas ao redor do mundo.

A reportagem multimídia sobre dignidade menstrual será uma aplicação prática dos conceitos discutidos. A dignidade menstrual é um tema relevante e de grande impacto social, especialmente no que tange à educação, saúde e direitos das mulheres. A abordagem multimídia permitirá explorar o tema de maneira abrangente, utilizando textos, ilustrações, vídeos documentais, áudios de entrevistas e animações



para apresentar dados estatísticos e contextuais. Essa combinação de formatos não apenas atrai a atenção do público, mas também proporcionará uma compreensão mais profunda e envolvente sobre a importância da dignidade menstrual.

Estudos de caso, como o projeto "Absorvendo o Tabu", vencedor do Oscar de Melhor Documentário de Curta-Metragem em 2019, demonstra a eficácia de combinar diferentes formatos de mídia para sensibilizar e educar o público sobre a dignidade menstrual. Este documentário, que utiliza vídeos, entrevistas e gráficos informativos, evidenciou como a multimídia pode ser uma ferramenta poderosa para provocar mudanças sociais (Zehtabchi, 2019). A metodologia utilizada em "Period. End of Sentence." serve como modelo para a construção da reportagem sobre dignidade menstrual, evidenciando como a narrativa multimídia pode amplificar vozes e mobilizar audiências em torno de causas sociais urgentes.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou explorar a relevância do programa Dignidade Menstrual, uma política pública destinada a combater a pobreza menstrual por meio da distribuição de absorventes e da educação menstrual para estudantes em situação de vulnerabilidade. Ao longo da produção, foram realizadas entrevistas com especialistas, gestores escolares, alunas e mães beneficiadas, além de visitas a escolas participantes do programa, o que permitiu uma análise abrangente e fundamentada do tema.

Com a execução do projeto foi possível coletar depoimentos impactantes que propuseram informações ricas sobre a aplicação e os desafios enfrentados pelo programa em diferentes contextos escolares.

Entre os principais resultados, destaca-se a identificação dos impactos positivos do programa na vida das alunas, como a redução da evasão escolar e a melhoria da autoestima. Esses aspectos foram confirmados tanto por relatos pessoais quanto pela percepção dos gestores escolares entrevistados. Por outro lado, o trabalho também revelou lacunas, como dificuldades logísticas na distribuição dos materiais e a necessidade de maior articulação entre as escolas e os órgãos responsáveis pela execução do programa.

Este projeto não apenas cumpriu o objetivo de investigar a implementação e os efeitos do programa Dignidade Menstrual, mas também serviu como uma experiência de aprendizado e crescimento profissional. As entrevistas, a apuração e a produção jornalística exigiram dedicação, planejamento e resiliência, culminando em um trabalho que visa informar e fomentar debates sobre uma questão tão essencial e, muitas vezes, negligenciada.

Como uma peça jornalística, o resultado final está estruturado para engajar o leitor, apresentando uma narrativa que combina dados técnicos e relatos humanos. Espero que este trabalho inspire reflexões sobre o papel das políticas públicas no combate à desigualdade e sirva como um recurso valioso para futuras iniciativas voltadas à promoção da dignidade e da inclusão social.



4.REFERÊNCIAS

BAHIA, Letícia. Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: Girl Up Brasil: Herself, 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4.968, de 11 de setembro de 2019. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio. Brasília, 2 set. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219676>.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.474, de 09 de outubro de 2019. Dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos em unidades da rede de atenção primária à saúde. Brasília, 9 out.2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2225403>.

CAIXETA, Distribuição de absorventes no Brasil: veja leis em estados e municípios. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/07/noticiadiversidade,1312064/distribuicao-de-absorventes-no-brasil-veja-leis-em-estados-e-municipios.shtml>>. Acesso em: 5 jun. 2024

CANAVILHAS, J. Jornalismo para dispositivos móveis: informação hipermultimidiática e personalizada. In: CILCS – CONGRESO INTERNACIONAL LATINA DE COMUNICACIÓN, 4., 2012, San Cristóbal de La Laguna. Actas... San Cristóbal de La Laguna: Facultad de Ciencias de la Información. 2012 desigualdade-e-violacoes-de-direitos. Acesso em: 9 dez. 2021.

HAJE, Lara. Bolsonaro sanciona programa de promoção da saúde menstrual, mas veta distribuição gratuita de absorventes. Câmara dos Deputados. Direitos Humanos, out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814634-bolsonaro-sanciona-programa-de-promocao-da-saude-menstrual-mas-veta-distribuicao-gratuita-de-absorventes/>. Acesso em: 27 out. 2021.

INOVA SOCIAL. Sempre Livre lança pesquisa global sobre menstruação. 2018. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/noticias/sempre-livre-lanca-pesquisa-global-sobre-menstruacao/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Jornalismo Multimídia. Disponível em:



MENEGOTTO, Januária Monteiro. A Experiência Menstrual de Meninas da Periferia de Porto Alegre: uma pesquisa em andamento.2021

ROCHA, Liana Vidigal. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo. In: 6º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, Mato Grosso do Sul, 2015.

ROCHA, Liana Vidigal. A utilização de elementos multimídia no jornalismo online: a cobertura do G1 sobre o Tsunami no Japão. In: Trabalho apresentado no GT História da Mídia Digital, na modalidade Comunicações Científicas, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. [Guarapuava, PR], 2011.

THURÉN, Britt-Marie. Opening Doors and Getting Rid of Shame: Experiences of First Menstruation in Valencia, Spain. Women's Studies International Forum, Birmingham, v. 17, p. 217-228, 1994.

UNFPA; UNICEF. Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos, 2021. Disponível em: <https://unicef.org/brazil/relatorios/pobrezamenstrual-no-brasil->



APÊNDICES

Textos dispostos no site para a facilitação de correção da banca

<https://docs.google.com/document/d/1P5KrqIBXu-4WnuYDutWsHPPC3d2B7RkknWjQUHsMv90/edit?tab=t.0>